

**TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UM ESTUDO DA INTERLOCUÇÃO DOS
PENSAMENTOS DE RUY MAURO MARINI COM A REALIDADE
EMPÍRICA BRASILEIRA**

Handerson Leonidas Sales¹
Alexandre Teixeira Norberto Batista²
Carlos Renato Theóphilo³

RESUMO

Os países periféricos, como os da América Latina, desenvolveram relações econômicas peculiares às suas realidades e insuficientes para a promoção do desenvolvimento tal qual ao dos países centrais. Esse fenômeno foi analisado por pensadores, como Ruy Mauro Marini, um dos estudiosos na construção da Teoria da Dependência. Essa teoria sustenta a proposição de uma subordinação do desenvolvimento dos países periféricos, alimentada para manter a reprodução ampliada de dependência em relação aos países centrais. O presente trabalho tem como objetivo discutir a abordagem da Teoria da Dependência, segundo os pensamentos de Ruy Mauro Marini, dentro do contexto brasileiro. Esta pesquisa tem como base bibliográfica a discussão da dialética da dependência, segundo Ruy Mauro Marini. Caracteriza-se como pesquisa teórico-empírica, por analisar fontes de dados secundários da balança comercial brasileira e de 416 corporações de diferentes setores econômicos do Brasil, cujos dados da distribuição de riqueza aos empregados referem-se ao período de 1999 a 2003, comparados com os do Reino Unido. O resultado aproxima da proposição firmada pela Teoria da Dependência quanto à superexploração do trabalho. Quando comparados, o Brasil e o Reino Unido, pela distribuição de riqueza das suas corporações, reafirmamos o ciclo do capital de economia dependente no Brasil.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento. Capitalismo. Teoria da Dependência.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina apresenta características históricas peculiares e divergentes dos denominados países centrais⁴. A começar pelo processo de colonização da América Latina pelos países europeus, fato concomitante com o ensaio dos primeiros passos da Europa em direção à Revolução Industrial que iniciaria na Inglaterra.

1 Universidade Estadual de Montes Claros; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social -Doutorando; handerson.leonidas@hotmail.com

2 Universidade Federal de Minas Gerais; Instituto de Ciências Agrárias; alexandretnb@yahoo.com.br

3 **Universidade Estadual de Montes Claros; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social;** crtheophilo@uol.com.br

4 Para Marini os países centrais são considerados aqueles industrialmente avançados, enquanto que os periféricos são os que integram a América Latina. (NASCIMENTO, 2013)

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

Em 1822, a Europa já vivia em plena Revolução Industrial, enquanto o Brasil havia declarado sua independência, assumindo um Tratado de Amizade e Aliança com câmbio desigual, o que resultou, em 1824, na contração de uma dívida externa considerável, com a Inglaterra. Já em 1827 o referido Tratado foi renovado e manteve tarifa aduaneira preferencial de 15% mais baixa para os produtos ingleses, enquanto os demais países tinham que pagar 24% (MOREL, 2003).

Seria oportuno para o Brasil compreender o que sucedeu aos países que passaram pelo processo de industrialização em suas relações socioeconômicas, todavia, vários acontecimentos levaram o país a traçar um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas e de subordinação aos hegemônicos países centrais.

A continuidade desse quadro, aliada a várias crises políticas e econômicas no país que se estenderam até o final da década de 1960, motivaram estudiosos como Ruy Mauro Marini⁵ e Theotônio dos Santos, dentre outros, a analisarem a realidade do Brasil e dos demais países latino-americanos, tendo como base epistemológica teses neomarxistas.

Marini expôs suas ideias em um conjunto de trabalhos, em um dos quais, desenvolveu a Teoria da Dependência, na obra denominada Dialética da Dependência (1976). A Teoria da Dependência, difundida por Marini, sustenta a proposição de uma subordinação do desenvolvimento dos países periféricos, alimentada ou recriada para manter a reprodução ampliada de dependência em relação aos países centrais.

Pela análise de Marini (1976), essa condição de dependência continuará, seja pela ausência de uma compreensão e ou de enfrentamento das causas da sua origem. Descreve ainda, nessa obra, as relações dessas causalidades, demonstrando que em função da estrutura global e de funcionamento dessa situação, o Brasil permanecerá numa relação capitalista insuficiente, que lhe impede desenvolver-se tal qual os países centrais.

O tema da dependência tomou dimensões de grandes amplitude e relevância, sendo debatido por vários estudiosos no mundo, inclusive sobre os trabalhos realizados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), como exposto por Mantega (1997). Dentre os diversos estudos relevantes, pode-se destacar mais recentemente Martins (2011) que realiza uma reflexão da dependência para o século XXI tendo como base pensamentos marxistas e de Marini, e Lucia Cáceres (2012), no qual a autora aborda o subdesenvolvimento e o desenvolvimento dependente dos países da América Latina.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a abordagem da Teoria da Dependência, segundo os pensamentos de Ruy Mauro Marini, dentro do contexto brasileiro. O pressuposto é que a realidade brasileira pode ser ainda elucidada a partir de uma lógica empírica, promovida nas relações capitalistas, que tem por objeto o meio de produção, a força de trabalho e o mercado mundial.

Para isso, tornou-se apropriado fazer uma comparação entre o Brasil e o Reino Unido,

5 Ruy Mauro Marini tornou-se professor da UNB em 1963 de Ciência e Teoria Política e é considerado um dos brilhantes intelectuais da América Latina. Sua produção teórica alcança dimensões de grande relevância e se relaciona sua atividade de militância. Nascido em 1932 em Barbacena em Minas Gerais, Brasil, foi exilado para o México em 1965, Chile em 1969, México novamente em 1974 e regressa ao Brasil em 1996, vindo a falecer em sua terra natal em 1997. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html> recuperado em 26 de julho de 2018

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

no que diz respeito à proporção de riqueza gerada por amostras de empresas de ambos países e distribuída entre as classes envolvidas, sob a luz da dialética da Teoria da Dependência.

Esta pesquisa tem como base bibliográfica a discussão da dialética da dependência, segundo Marini. Caracteriza-se como pesquisa teórico-empírica, por analisar e decodificar fontes de dados secundários decorrentes de demonstrativos financeiros de 416 corporações, pertencentes a diferentes setores econômicos do Brasil, e dados secundários da balança comercial brasileira com o Reino Unido. Os dados extraídos dos demonstrativos referem-se à distribuição da riqueza gerada aos empregados por essas corporações no período de 1999 a 2003, e foram coletados em segunda mão no trabalho de Cunha, Ribeiro e Santos (2005). Assim, para atender ao pressuposto, foi feita a comparação com dados de mesma natureza extraídos de 406 corporações do Reino Unido, referentes ao mesmo período, colhidos também em segunda mão, no estudo de Pong e Mitchell (2005).

A LÓGICA DA DEPENDÊNCIA E SUA CENTRALIDADE

A ciência social busca esclarecer os fatos sociais como fenômeno. Segundo Durkheim (2007, p.3) os fatos sociais “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele.” Nesse contexto, o estudo busca explicar inicialmente, pela abordagem de Ruy Mauro Marini, como funciona a lógica do fenômeno das relações de subordinação e dependência dos países em desenvolvimento como países centrais, para compreensão de suas origens, características e seus reflexos no desenvolvimento dos países da América Latina.

A Teoria da Dependência, tratada na obra *Dialética da Dependência* (1976), oferece uma oportunidade de perceber uma perspectiva do contexto do capitalismo empreendido nos países da América Latina apresentado por Marini. Na estrutura de sua análise, o autor identifica importantes fatores que levaram esses países a configurarem um capitalismo fundamentado na dependência dos países centrais, tais como a acumulação de capital baseada na capacidade produtiva do trabalho fundada na superexploração do trabalhador, lastreada pelo intercâmbio desigual, pelo insuficiente ciclo do capital para promover o consumo interno, e numa industrialização tardia e de tecnologia obsoleta na América Latina.

Os países centrais, com os quais os países periféricos estabelecem relações de dependência, são aqueles que, ante os ciclos de crises econômicas mundiais, são capazes de retornarem em curto prazo à estabilidade econômica e manter-se em constante desenvolvimento. São estruturados por um processo de industrialização de elevada tecnologia e possuem o domínio do mercado internacional, com capacidade de fomentar uma economia forte e acumulação de riqueza.

Marini (1976) apresenta uma outra realidade onde se encontram os países periféricos, os quais, segundo seu entendimento, não constituíram ao longo da sua história uma configuração capaz de refletir as características dos países centrais. Essa realidade se configurou a partir do início das relações comerciais estabelecidas por esses países, as quais reforçaram o capitalismo dos países centrais em detrimento do próprio crescimento.

Dessa forma, os países da América Latina mantiveram, desde as origens de suas rela-

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

ções comerciais, o fornecimento de produtos primários, como matéria-prima necessárias para produção das indústrias dos países centrais⁶. Nesse sentido exemplifica Marini (1976, p. 12):

No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente em sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, mas sobretudo no XVIII, graças à coincidência entre a descoberta do ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), só no curso do século XIX e especificamente depois de 1840 sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente.

Outro fato que intensifica a estrutura formadora do capitalismo dos países da América Latina são as relações de intercâmbio⁷ comercial, sobretudo com a Inglaterra (TESOURO NACIONAL, 2018) que compra produtos primários de baixo valor agregado e exporta para os países periféricos produtos manufaturados, provocando um déficit na balança comercial.

A consequência do intercâmbio com déficit na balança comercial é o estabelecimento de contratos de financiamento externo. O Brasil, por sua vez ao longo da sua história, estabeleceu relações internacionais com alto grau de endividamento externo com proporções maiores do que as observadas em países industrializados. Como consequência, essas relações afetam os elementos constitutivos do capitalismo no país, pois impede a circulação interna do capital para a acumulação de riquezas, tornando-o economicamente insuficiente para produzir o seu desenvolvimento. A continuidade desse cenário perfaz a permanência da dependência. Fato que coaduna com a declaração de Frank (1969) “desarrollo del subdesarrollo”⁸.

Para Marini (1976), a dependência está apoiada em três pilares que sustentam a estrutura de um capitalismo insuficiente para o desenvolvimento econômico do Brasil e dos países da América Latina. São eles: o intercâmbio desigual, a superexploração do trabalho e o processo de industrialização. Esses três elementos contribuem para que ocorra o deslocamento da essência da acumulação da produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, além de transferir parte da mais-valia da periferia para o centro.

O intercâmbio desigual se configura no monopólio tecnológico o qual oportuniza preços elevados, sempre que não houver concorrência, que o impossibilite de aplicá-lo. Também pode configurar quando houver diferença de valor entre os produtos em negociação. Essa diferença pode ser justificada no fato de um país contar com condições mais favoráveis que outro para fabricar o produto em referência.

A consequência do intercâmbio desigual é a transferência de valor do país menos favorecido para o mais favorecido. Como os países menos favorecidos pelo intercâmbio desigual, ou

6 “As economias dominadas pelo imperialismo deixaram de ser localmente autossuficientes e passaram a concentrar-se na produção de matérias-primas e alimentos destinados aos países capitalistas adiantados, tornando-se muitas vezes precariamente dependentes de uma monocultura. Por outro lado, tornaram-se mercados para produtos manufaturados exportados pelos países capitalistas adiantados.” (Bottomore, 1983, p. 559)

7 Sodré (1964) esclarece que a partir da década de 1860 os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, os serviços da dívida externa aumentam: de 50% sobre esse saldo nos anos sessenta, sobe para 99% na década seguinte.

8 Em seu artigo ¿Quién es el enemigo inmediato? Frank (1969) expõe a relação prejudicial dos países latinos americanos, pela burguesia com os países dominantes que levou ao desenvolvimento e reprodução de uma estrutura colonial ao capitalismo mundial.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

com menor produtividade do trabalho, não conseguem corrigir essa diferença entre os preços a ponto de conseguirem compensar o déficit ocorrido no comércio internacional, o caminho encontrado pelos capitalistas dos países periféricos foi a prática da superexploração do trabalho.

O intuito, ou a coincidência, dessa relação de intercâmbio e de transferência de valor foi conseguir extrair o excedente gerado na produção dos países em desenvolvimento para alocá-lo nos países desenvolvidos. Sobre esses aspectos, aponta Marini (1976, p. 25): “a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera a nação desfavorecida, como uma baixa da taxa de mais-valia”. Essa transferência aumenta a mais-valia e conseqüentemente o lucro do país favorecido, ou aquele com maior produtividade, na relação comercial.

Outro pilar da dependência é a superexploração do trabalho. Ela se dá pela busca de maiores resultados das empresas nos países periféricos em função do aumento da mais-valia absoluta e não pela mais-valia relativa como nos países centrais. Para uma melhor compreensão dessa dinâmica apresentada por Marini (1976), faz-se necessário apresentar os esclarecimentos de Marx (1985, p. 251):

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.

Pela abordagem marxista, o aumento do tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário, gera a mais-valia relativa, que de fato conduz à acumulação de riqueza⁹.

Marini (1976, pág. 28) expõe os mecanismos fundados para uma maior exploração do trabalho, em congruência com a situação dos países da América Latina:

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Retira-se, portanto, do trabalhador as condições necessárias para restabelecer suas energias perdidas durante a jornada de trabalho, e o conduz a aplicar sua força de trabalho além do aceitável em condições normais, sem que haja reposição da exaustão ao final do dia de trabalho. Tais condições, aliadas aos baixos salários no Brasil, caracteriza a superexploração do trabalho.

Marini (1976) ainda destaca que a superexploração se sustenta em função da disponibilidade de mão-de-obra sem obstáculo, cujas raízes são históricas no país. Quando o Brasil declarou a abolição da escravidão, em 1888, iniciou um processo gradual de implantação do

⁹ “Quando a extração da mais-valia absoluta atinge seus limites, a alternativa para o aumento do valor total do que cada trabalhador produz é dividir a mesma quantidade em proporções mais favoráveis ao capital, ou seja, manter a mesma duração da jornada de trabalho e redividi-la de modo a obter mais-valia a ser apropriada pelo capital. Isso exige a redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, uma redução no valor da força de trabalho. Essa é a extração da mais-valia relativa, como expõe Bottomore (1983, p. 363)

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

trabalho livre com o incentivo à imigração. Com a população de desempregados nos países europeus, os imigrantes passaram a ser mão-de-obra barata e suficiente para movimentar as lavouras brasileiras. Nessa transição de mão-de-obra o Brasil iniciou o seu capitalismo, sob um sistema misto de servidão e trabalho, e desenvolveu sua economia de inserção e de relações comerciais no mercado mundial.

O último pilar da dependência é o processo de industrialização, sobretudo da América Latina. A formação da configuração da industrialização dos países da América Latina foi se constituindo sobre bases peculiares de exploração da força de trabalho e de intercâmbio comercial vinculados a um eixo de articulação com os países industrialmente adiantados. Nessa configuração, a produção do Brasil e demais países da América Latina não foram absorvidos suficientemente por sua capacidade interna de consumo. O ciclo do capital desses países obrigatoriamente se expandiu em função do mercado internacional, contrapondo ao regime de produção capitalista em que o trabalhador assalariado é um importante elemento no mercado consumidor.

Marini (1976) expõe que, dessa forma, “a circulação do capital dos países latino-americanos se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo” (SADER, 2000, 134), ou seja, a capacidade de consumo da força de trabalho do país não é capaz de estimular a produção do país. O processo industrial foi estruturado para se submeter às condições estabelecidas pela demanda de um mercado externo. A consequência desse sistema capitalista interno de submissão reforça a acumulação da riqueza nos países centrais, que absorve a transferência do trabalho excedente gerado pela superexploração dos países periféricos. Na dinâmica desse sistema capitalista é que se evidencia a centralidade da dependência dos países em desenvolvimento da América Latina.

Essa formação social dentro de um modo capitalista de produção dependente da economia exportadora, é expandida pelas relações que transcendem a economia e invadem outras áreas da sociedade, como a política e a burguesia, pela forma como o processo de industrialização ocorreu. As políticas incentivadoras da entrada de capital estrangeiro adotados pelos governos do Brasil, após o último mandato de Getúlio Vargas, reforçou sem precedentes a influência dos países centrais, os quais contribuíram para o fomento do processo de industrialização do país, de forma inerente a esse acontecimento, influenciaram a classe dominante. O capital estrangeiro começa a controlar a economia e o cenário político, passando as classes dominantes à condição de classe dominante dominada, na exposição de Bambirra (2012).

A influência da relação internacional nesse contexto toma força com a crise econômica mundial advinda do período pós-primeira guerra mundial. Pois, nesse período a produção atenderia à exportação das demandas dos países centrais, fomentando a economia industrial do Brasil.

Marini (1976, p. 45) relata o contexto da ascensão da industrialização dos países sob subordinação dos centrais:

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, antes nasce para responder a uma procura já formada e se estruturar-se-á em função das exigências de mercado oriundas dos países avançados.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

O aumento da demanda externa, sobretudo com as políticas de abertura ao capital estrangeiro na década de 1950¹⁰, apenas reforçou a circulação de mercadorias em função do mercado mundial. A demanda por produtos luxuosos ocorria nessa época apenas pela classe alta. Para que houvesse demanda suficiente para o consumo desses produtos, seria necessário que esses bens fossem acessíveis ao mercado popular. Mas isso não seria possível em uma sociedade de concentração de renda baseada na superexploração do trabalho, sem capacidade de consumo.

Logo, a industrialização através de uma política de substituição de importação, como proposto pelos desenvolvimentistas¹¹, se confrontava com esse desafio, ou seja uma relação de baixa capacidade de compra dos proletariados, além das políticas de proteção alfandegárias de produtos suntuosos. Novamente o caminho de circulação do capital é de difícil trânsito nacional pela ausência de um mercado interno, haja vista que as mercadorias não são elementos de consumo individual da força de trabalho.

Uma forma de aumentar a produtividade, mitigando a superexploração do trabalho, seria o uso da tecnologia. O capital estrangeiro, diante das oportunidades de investimentos do seu capital, com políticas incentivadoras e de subsídios do governo brasileiro, realizou, a partir da década de 1950, como já mencionado, a transferência de recursos o que contribuiu para a ascensão da industrialização do País. Todavia, exportou para os países da América Latina bens de capital obsoletos que já foram amortizados completamente pela produção das indústrias dos países centrais. A estratégia também consistia em manter nos países centrais alta tecnologia, para o monopólio e permanência do know-how tecnológico.

Mais uma vez as decisões tomadas no Brasil foram sustentadas por justificativas que não modificam o cenário de dependência. Adotar tecnologias obsoletas com o propósito de oferecer mais emprego representou um equívoco no sentido de não se alterar o consumo popular que continuou com baixo poder de compra de produtos de luxo, tais como automóveis, e sofisticados aparelhos eletrodomésticos, como acentua Marini (1976, p. 52).

A classe com possibilidade de consumo desses produtos, no caso a que vive da mais-valia, não representa o mesmo volume de consumo em massa como o da classe operária. Mesmo a intervenção do Estado, com subvenções para que esses produtos pudessem ser consumidos pelos trabalhadores, trouxe como consequência o aumento da inflação, que contribuiu para que a classe operária não atingisse o poder de compra dos bens subsidiados pelo Estado (MARINI, 1976).

Dessa forma, o aumento de consumo, pelo poder de compra da força de trabalho, torna-se condição necessária para que a classe que vive da mais-valia possa expandir. As indústrias, tanto do segmento de produtos luxuosos e de bens de capital, que atendem ao mercado desses produtos, quanto as que atendem aos produtos de consumo sofrem perdas com a circulação de capital dos países em desenvolvimento, alimentando a condição de dependência de transferên-

¹⁰ Sob a vigência da Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito, “combinada com a Lei 2.145/54, isto é, de 1955 a 1961, o montante total de capitais estrangeiros, que sob a forma de financiamentos ou investimentos diretos entraram no país, foi cerca de 2.300 milhões de dólares, “como aponta Sader (2000, p. 19)

¹¹ Defensores das “políticas ligadas ao desenvolvimentismo concentram sua atenção nas questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e à mobilização da poupança interna. São menosprezadas pela teoria as questões relativas à distribuição da renda, concentração regional da atividade econômica, condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento”, como expõe Sandroni (1999, p. 169).

cia de recursos de capital dos países centrais e a necessidade de se ater a elevadas reservas.

Pelo que se pode observar, a Teoria da Dependência conseguiu demonstrar a realidade do desenvolvimento econômico dos países periféricos, como os da América Latina, em uma outra perspectiva, fundamentada em bases marxistas, a qual permitiu enxergar uma efetiva dependência que se tornou condição sine qua non para o funcionamento do capitalismo desses países. As políticas e diretrizes econômicas adotadas nos países latino-americanos reforçam esse cenário há mais de um século, levando-os a uma condição de submissão ao imperialismo¹².

UMA ANÁLISE INDUTIVA DA REALIDADE EMPÍRICA DA DEPENDÊNCIA DO BRASIL

O estudo apresentado por Marini, baseado em abordagem com fundo metodológico marxista, segue ao rigor de um ensaio com ênfase na totalidade para esclarecer os fatos sociais em uma concepção materialista e dialética da história.

Com o propósito de analisar empiricamente o contexto da Teoria da Dependência na realidade brasileira, o presente estudo procurou seguir o método utilizado por Marini em sua abordagem, que parte da esfera da circulação do capital para a produção.

Para direcionar a observação empírica, foi extraído das afirmações de Marini sobre a Teoria da Dependência um relevante pressuposto, conforme consta em Sader (2000, p. 165): a projeção desproporcional da mais-valia extraordinária assumida no sistema dependente é resultado da superexploração, que leva ao estrangulamento da capacidade de produção.

Para esse propósito, inicialmente buscou-se realizar uma comparação entre os padrões distributivos para as classes operárias do Brasil e do Reino Unido, do valor agregado gerado por companhias nacionais, através de dados divulgados nos seus relatórios contábeis. Ou seja, através da proporção de distribuição da riqueza gerada aos operários, pelas corporações dessas nações, será possível verificar o caráter que assume, na economia dependente, a desigualdade de produção de mais-valia e o aumento da produtividade, fruto da superexploração.

Essas relações podem ser analisadas por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é a demonstração contábil que evidencia a riqueza criada pela empresa e a distribuição dessa riqueza às classes que contribuíram para sua criação: Operária, Financiadores, Empresários e o Governo.

A divulgação de informações desse cunho pelas empresas, a disposição dos interessados e em nível da firma, que outrora era restrita apenas aos detentores do capital, foi incentivada pela necessidade de maior transparência em suas ações, requisitada pelas demais classes, principalmente pelos trabalhadores. A DVA foi incorporada por grandes empresas britânicas, inicialmente de forma voluntária em seus relatórios anuais, a partir de meados dos anos 1970 (MORLEY, 1979) e no Brasil a partir dos anos 1980¹³.

12 “Lo que así se planteó fue la expansión imperialista de Brasil en Latinoamérica, que corresponde en verdad a un subimperialismo o a una extensión indirecta del imperialismo norteamericano (no olvidemos que el centro de un imperialismo tal sería una economía brasileña integrada a la norteamericana).” como expõe Marini (1974, p. 76).

13 No Brasil a adoção da DVA como um instrumento de análise tem seu pioneirismo com estudos e pesquisas realizadas no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP, a partir dos anos 1980 (TINOCO, 1984; DE LUCA, 1996; SANTOS, 1999). Atualmente a sua divulga-

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

Dentre os estudos que foram motivados pelo potencial informativo da DVA, destaca-se o estudo de Cunha, Ribeiro e Santos (2005). Esse trabalho objetivou avaliar a distribuição da riqueza gerada aos agentes econômicos no Brasil, de 1999 a 2003, a partir de informações contidas nas DVA de 416 empresas. Foi constatado por esses autores o governo responsável pela maior fatia de distribuição no período, por meio dos impostos recolhidos, com exceção do ano de 1999, em que os financiadores externos ficaram com a maior parte, em função dos juros pagos ao capital. Um estudo recente mostra que esse padrão, marcado pela supremacia do Governo, seguido do Capital, na repartição do Valor Adicionado, ainda persiste no cenário econômico brasileiro (BATISTA, 2018). Além disso, com enfoque aos trabalhadores, Cunha, Ribeiro e Santos (2005) apuraram uma relação negativa existente entre o número de empregados contratados e a evolução das despesas com estes, ou seja, à medida que as contratações aumentaram, as despesas com salários não evoluíram em mesma proporção. Essa mesma relação (negativa) foi apurada entre a variação do valor adicionado total e o valor distribuído aos trabalhadores.

Diante da situação brasileira apontada, faz-se pertinente contrastar os padrões apurados com os perfis de distribuição de países centrais, como os do Reino Unido, onde também se encontram dados da DVA, a fim de verificar indícios empíricos da superexploração do trabalhador existentes nos países periféricos, identificando discrepâncias nos padrões distributivos da renda. Por meio do mesmo objeto de análise dos autores citados anteriormente, Pong e Mitchell (2005) avaliaram a distribuição do Valor Adicionado no Reino Unido em uma análise longitudinal de 1994 a 2003, a partir de uma amostra de 409 empresas selecionadas com dados disponíveis em todos os anos pesquisados. Os resultados constados diferem dos padrões vigentes no Brasil, principalmente no que concerne à parcela que é direcionada aos trabalhadores, fato esse que respalda a Teoria apresentada. Para melhor visualizar e comparar os padrões distributivos entre os países em análise, os dados das duas pesquisas são apresentados na Tabela 1 a seguir, retirados dos anos de 1999 a 2003 para fins comparativos:

TABELA 1 – Distribuição em % do Valor Adicionado* no Reino Unido e no Brasil, 1999-2003

Ano	Amostra: 409 empresas do Reino Unido e 416 empresas no Brasil									
	Empregados		Governo		Financiadores		Acionistas		Lucros Retidos	
	UK	BR	UK	BR	UK	BR	UK	BR	UK	BR
1999	74,9	20,1	7,6	37,0	7,4	38,7	11,6	4,7	-1,4	-0,5
2000	78,7	18,6	8,0	44,4	9,6	18,9	9,9	8,1	-6,2	10,0
2001	72,0	16,5	6,9	42,2	5,2	26,0	9,9	7,6	6,6	6,7
2002	78,4	15,4	7,0	41,2	7,9	40,5	10,3	4,9	-3,4	-2,0
2003	93,4	14,9	5,1	48,5	9,1	15,6	10,4	8,4	-17,9	12,6
Média	79,5	17,1	6,9	42,7	7,8	27,9	10,4	6,7	-4,5	5,4

*O Valor Adicionado disponível para distribuição no Brasil é líquido da depreciação. Sendo assim, os dados de Pong e Mitchell (2005) foram adaptados para se assemelharem à norma brasileira, subtraindo-se a depreciação do

ção é compulsória, orientada pela lei 11.638/2007, que institui às empresas de grande porte a elaboração e divulgação da DVA. Nesse sentido, o Brasil e alguns países da Europa estão à frente de boa parte dos demais países do mundo que não realizam esta publicação, como os Estados Unidos, por valorizarem o conteúdo informacional e a importância da DVA, que presta esclarecimentos de interesse não apenas dos empresários, publicando-a para as partes interessadas.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

VA e apurando os novos percentuais para os beneficiários da sua repartição.
Fonte: Adaptado de Pong e Mitchell (2005) e Cunha, Ribeiro e Santos (2005).

É perceptível a discrepância da distribuição do valor agregado aos empregados no Reino Unido comparada com o Brasil, com médias de 79% e 17%, respectivamente, relação essa marcada, dedutivamente, pela superexploração do trabalho nesse último país. Há de se ressaltar que boa parte do valor agregado é transferida aos Financiadores (capital de terceiros) pelo pagamento de juros de dívidas, que é substancialmente maior se comparada com os países britânicos (7,8% e 27,9%, em média do período). Ainda há de se falar da destinação do valor agregado ao governo brasileiro na forma de impostos, que mantém a supremacia na repartição total da renda gerada, conforme a amostra dessas empresas. A destinação ao Governo no Brasil foi aproximadamente de 43% na média do período analisado e ainda se mantém nesse patamar nos dias atuais, acompanhado de uma forte ascensão da destinação aos financiadores, em vista da crise política, econômica e financeira que sonda o país, com início na década vigente, marcada por uma “asfixia financeira” das empresas brasileiras (BATISTA, 2018). Em tese, a arrecadação pública deveria ser devolvida no formato de benefícios prestados pelo Estado à população. Entretanto, no Brasil 40,9% do orçamento público é destinado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública onde está incluso também a amortização da dívida externa (TESOURO NACIONAL, 2018). Com base nessa evidência, entende-se que a exploração do fator trabalho se acentua ainda mais, pois vê-se que a transferência de recursos para o exterior dar-se também a partir da transferência da mais-valia do Brasil para os países centrais, claramente evidenciada na arrecadação pública, que impacta as empresas com elevada carga tributária, ao contrário do Reino Unido, em que essa destinação foi em média de 6,9%.

Os acionistas brasileiros também sofrem os reflexos do cenário de dependência. Esses são formados em parte pela burguesia-nacional, como sócios minoritários, e se veem dominados pela classe dominante dos países centrais. Com participações minoritárias, esses acionistas assistem à transferência da parte majoritária do lucro para o exterior rompendo o ciclo do capital, o que pode levar a um insuficiente processo de acumulação de riqueza do capitalismo no país. Esse quadro é ratificado pela seguinte afirmação do Marini: “a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e inclusive na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros obtidos ali para os países industriais” (SADER, 2000, 157). Outro elemento que exemplifica o ciclo do capital com acumulação do lucro nos países centrais observados pode ser evidenciado pela elevada proporção de distribuição do valor agregado ao acionista dos países do Reino Unido em comparação com Brasil que foi, na média do período, 10, 4% e 6,7% respectivamente.

A Teoria da Dependência enfoca a balança comercial, no sentido de que os países em desenvolvimento fornecem produtos primários e importam produtos com elevado valor agregado. Em vista dessa predição, faz-se pertinente aqui analisar como são as relações atuais de importação e exportação entre os países que estão sendo comparados. As relações podem ser identificadas nos gráficos 1 e 2:

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

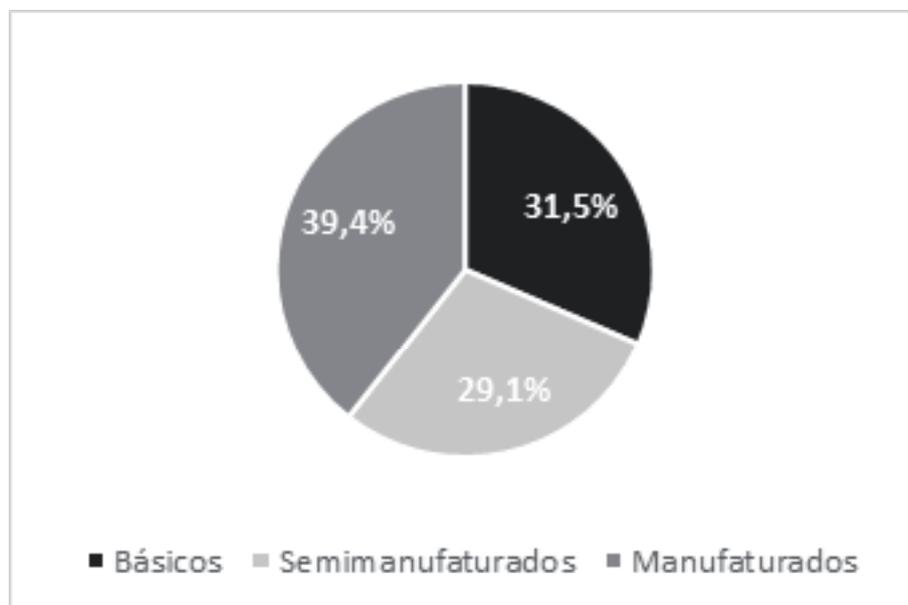


Gráfico 1: Exportações Brasil – Reino Unido, por fator agregado em 2015
Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

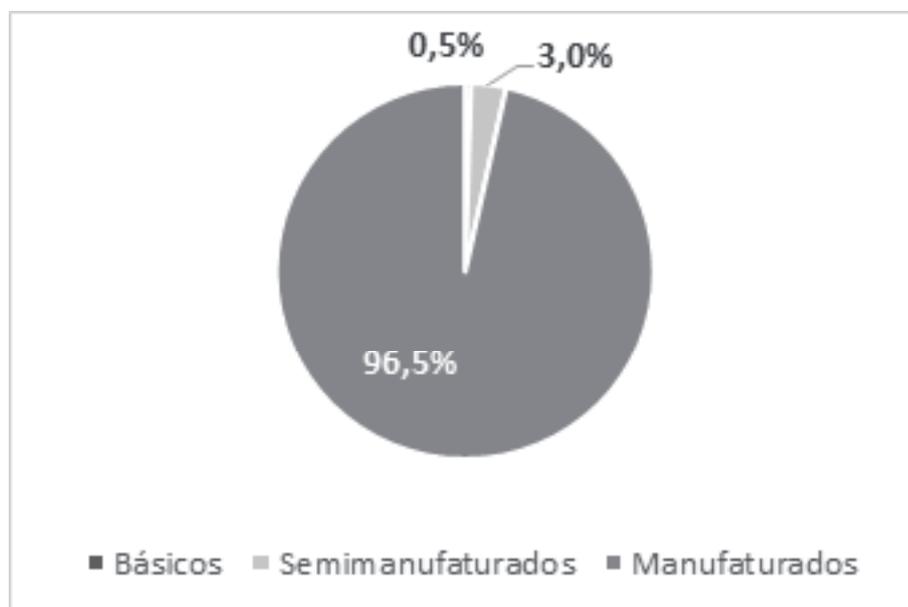


Gráfico 2: Importações Brasil – Reino Unido, por fator agregado em 2015
Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

Ao somar a exportação dos produtos básicos, de 31,5%, com os semimanufaturados, de 29,1%, verifica-se que majoritariamente, ou seja, 60,6% das exportações brasileiras para o Reino Unido são produtos com valor agregado inferior à exportação dos produtos manufaturados (39,4%), segundo o Ministério das Relações Exteriores (2016).

Vê-se no Gráfico 2 que os produtos manufaturados representam a quase totalidade das importações procedentes do Reino Unido (96,5%). Apesar da troca desigual de produtos com diferentes valores agregados entre os países observados, o Ministério das Relações Exteriores (2016) apontou que o saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil e registrou superávit de US\$ 107 milhões em 2015.

O que ocorre nessa relação de intercâmbio é a busca por uma compensação da troca desigual com um esforço de aumentar a capacidade de fornecimento dos produtos básicos e semimanufaturados. Esse esforço poder-se-ia ocorrer com o aumento da capacidade produtiva. Todavia, na impossibilidade do aumento da mais-valia relativa, “as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas compensar a perda de receitas geradas através de uma maior exploração do trabalho”, conforme acentua de Marini (1976, p.25). Portanto, a compensação da balança comercial pode ser associada à transferência de valor na forma de mais-valia, a qual, em se tratando da exportação de produtos básicos e semimanufaturados, irá proporcionar um maior incremento na taxa de mais-valia relativa e da taxa de lucro dos países do Reino Unido.

Diante das exposições realizadas, pode-se verificar a presença de elementos ratificadores da Teoria da Dependência nas relações que ocorrem entre Reino Unido e o Brasil. Ressalta-se, entretanto, que tal verificação não pode ter caráter de dedução generalizada, mas somente peculiar às unidades de observação deste estudo.

Os estudos e análises nesse trabalho apontaram elementos, extraídos da realidade empírica, que tornam possível a aceitação do relevante pressuposto outrora apresentado: a projeção desproporcional da mais-valia extraordinária assumida no sistema dependente é resultado da superexploração, que leva ao estrangulamento da capacidade de produção. Ao acompanhar o ciclo de capital que parte da mais-valia até a sua apropriação pelo lucro, e realizar comparações entre as duas realidades dos países observados, ficou evidente a discrepância existente na distribuição de valor agregado ao empregado. A superexploração dos países dependentes não permite que o empregado seja fomentador do mercado de consumo interno. Esse sistema exige, portanto, que a circulação do capital seja dependente dos países centrais ao buscar a alternativa do mercado externo submetido a um câmbio desigual. Com isso, a mais-valia do país dependente é transferida em forma de valor para os países centrais. No caso do Brasil, a distribuição de valor agregado para o governo em forma de impostos, estrangula a capacidade produtiva das empresas que não possuem a mesma acumulação de riqueza para distribuição e reinvestimento do lucro no empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto se propôs a discutir os pensamentos de Ruy Mauro Marini no contexto da realidade brasileira. O tema dessa discussão versa sobre a circulação do capital dos

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

países periféricos, que somente são suficientes para manutenção do seu sistema capitalista se se transitar no âmbito do mercado externo, daí o caráter de dependência ou de condição necessária para manutenção o seu capitalismo com subordinação aos países centrais. A base desse mecanismo é a superexploração do trabalho ocorrida nesses países, que sob essa condição sustentam o aumento da produtividade e da mais-valia relativa dos países centrais, em consequência da importação de produtos básicos e semimanufaturados a baixos preços. Esse capital fecha o seu ciclo ao retornar aos países periféricos em forma de produtos manufaturados e de alta tecnologia, a preços mais elevados. Portanto, a acumulação de riqueza se concentra nos países centrais, que recebem majoritariamente a transferência de recursos gerado no ciclo internacional do capitalismo.

Na comparação feita a partir de análise empírica desse estudo, evidencia-se que a superexploração continua a existir pela relação dos países analisados, mesmo após passados mais de três décadas dos escritos de Marini. A reduzida capacidade de consumo interno do país é evidenciada pela baixa distribuição de valor adicionado aos empregados, ou seja, baixos salários, tendo como comparação a mesma realidade do Reino Unido. Reforça-se aqui a relação estabelecida entre a superexploração do trabalho e a mais-valia decorrente do pagamento de um salário abaixo da sua força de trabalho.

A análise comparativa demonstra também a elevada distribuição da riqueza gerada pelas empresas brasileiras para o Governo, em forma de impostos, que destina quase a metade dos seus gastos na amortização dos juros da dívida pública, na qual se inclui também o pagamento da dívida externa. Esse cenário não corresponde à única forma de transferência de valor para o exterior, mas complementa as demais transferências, também apresentadas neste estudo, composta pelos lucros dos sócios majoritariamente estrangeiros e pelas relações comerciais internacionais com a transferência do valor da mais-valia para o exterior. Na região Norte de Minas Gerais são vários os exemplos nesse contexto observados no polo industrial de várias cidades como Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas, com a produção de ferro-silício; Montes Claros, com fábricas de laticínio, insulina, calçados, hidrômetros, cimento, têxtil, etc.

Ressalta-se, todavia, que o trabalho aqui apresentado é uma análise dessa realidade a partir de um fato social existente na relação entre Brasil e Reino Unido. Não se pode, portanto, realizar generalizações aos países da América-Latina, e ou tampouco afirmar que o Brasil se mostre dependente somente a partir da realidade empírica aqui apresentada.

Contudo, os indícios aqui apresentados fortalecem motivações para desenvolvimento de estudos futuros que realizem a expansão da análise envolvendo outros países da América-Latina e África, que também podem ainda configurarem estruturas de relações de dependência com os países centrais.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. O Capitalismo dependente latino-americano. Santa Catarina: Ed. Insular, Coleção Pátria Grande. V. 2. 2012

BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto. Dimensões latentes da distribuição da riqueza: uma

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

análise a partir da demonstração do valor adicionado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros: 2018.

BOTTOMORE, Tom. A Dictionary of Marxist Thought. Oxford, England. 1983

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. Revista Contabilidade & Finanças. USP, São Paulo, n. 37, p. 7–23, jan./abr. 2005.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. A contribuição da demonstração do valor adicionado no processo de mensuração do PIB e em algumas análises macroeconômicas. Tese de doutoramento - Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

DURKHEIME, Émile. As regras do método sociológico. Tradução: Paulo Neves: revisão da tradução Eduardo Brandão. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANK, André Gunder. ¿Quién es el enemigo inmediato?. En: Punto Final n° 76, 11 de marzo de 1969, Santiago de Chile, págs. 24-25. Disponível em <<https://www.scribd.com/document/234036485/1969-Andre-Gunder-Frank-Quien-es-el-enemigo-inmediato-En-Punto-Final-n-76-11-de-marzo-pags-24-25>> acessado em 24 de julho de 2018.

MANTEGA, Guido. Teoria da Dependência revisitada – um balanço crítico. Relatório de Pesquisa. FGV n° 27 1977 Disponível <<https://www.scribd.com/document/144286793/GUIDO-MANTEGA-TEORIA-DA-DEPENDENCIA-pdf#>> acessado em 31 de julho de 2018

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica da dependência. Coimbra: Centelha, 1976.

MARINI, R. M. Subdesarrollo y revolución. 5. ed. México: Siglo XXI Editoras, 1974.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. Revista Crítica Marxista. v. 32 p. 127-146, 2011. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=43&numero_revista=32> acessado em 31 de julho de 2018.

MARX, K. O processo de produção do capital. 1867. In: MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. livro I.

MOREL, Marco. O período das Regências, (1831 – 1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

NASCIMENTO, Carlos Alves; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. 233 p. [p. 99-123]

Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

MORLEY, Michael Francis. The Value Added Statement in Britain. *Accounting Review*, v. 54, n.3, p.618-629, July, 1979.

LUCIA CÁCERES, Verónica. Subdesarrollo y colonialidad en America Latina ?un debate olvidado? *Revista Kairos, Academic OneFile* vol. 16, no. 30, 2012, Disponível em < <http://link-galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A334379995/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=7ea87b43>. > Acessado 31 July 2018.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer; Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK. *Accounting Historians Journal*, v. 32, n. 2, p. 173-199, July, 2005.

SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petropolis: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999

SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração contábil do valor adicionado - DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas*. 1999. Tese de Livre Docência. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1964

TESOURO NACIONAL, 2018. *Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União – dezembro de 2017*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fis-cais>> Acesso em: 27/02/2018

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social – Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.